

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

São José (SC), 27 de abril de 2026.

Ilmos. Srs. Diretores da
EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA
São José - SC

Concluindo os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício de 2025, encaminhamos o Relatório de Auditoria sobre os exames realizados nos dias de 24 de março a 27 de abril de 2026, contendo:

I) Relatório Demonstrações Contábeis

- a) Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
- b) Demonstrações Contábeis
- c) Balanço Patrimonial
- d) Demonstração do Resultado
- e) Mutações do Patrimônio Líquido
- f) Demonstração do Fluxo de Caixa
- g) Notas Explicativas

II) Considerações Finais

Sendo o que se apresenta para o momento, apresentamos nossas,

Cordiais Saudações

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Gerente

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA
São José - SC

Opinião com Ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

- a) Conforme nota explicativa nº 3.1.1.3.2 a Entidade mantém registrado em seu ativo imobilizado terreno recebido em doação no valor de R\$ 1,00. Parte deste imóvel (278 mil m2) encontra-se locado gerando receitas a entidade. Esta parte locada do imóvel não consta registrado como propriedades para investimento nem com o devido reconhecimento pelo seu valor justo conforme previsto na Seção 16 - Propriedade para Investimento do CPC PME (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas. Em decorrência desse assunto, não nos foi possível mensurar os efeitos do valor justo de todas as propriedades para investimento ao final deste exercício.
- b) A Entidade possui registrado na data base 31 de dezembro de 2025, R\$ 4 milhões e reais a título de ativo imobilizado. Deste montante constatamos que R\$ 980 milhões de reais não constam as devidas conciliações ou documentações que deem suporte ao registro contábil e que nos permitam concluir sobre as diferenças, bem como sobre possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- c) Durante o exercício de 2021 a Entidade recebeu da empresa Atacadão S.A o novo "Espaço Educacional" com capacidade para 700 crianças avaliado conforme contrato em R\$ 5 milhões de reais. Não há registros deste bem nos ativos da Entidade, nem do respectivo reconhecimento da depreciação. Para este assunto, em virtude da limitação de informações disponíveis, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente que permitisse mensurar os efeitos financeiros que possam vir a impactar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Organização, de acordo com os princípios éticos relevantes

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 05 de maio de 2025, contendo modificação.

- a) Conforme nota explicativa nº 09 a Entidade mantém registrado em seu ativo imobilizado terreno recebido através de doação no valor de R\$1,00. No entanto, a Entidade obtém receita de aluguel junto a terceiros sobre 278.245 m², no qual, não há segregação para o grupo de Propriedades para investimento, bem como, o reconhecimento pelo seu valor justo conforme previsto na Seção 16 - Propriedade para Investimento do CPC PME (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas. Em decorrência desse assunto, não nos foi possível mensurar os efeitos do valor justo de todas as propriedades para investimento ao final deste exercício.
- b) Em 31 de dezembro de 2024 a Entidade possui registrado o valor de R\$ 2.138.560 a título de ativo imobilizado. Nossos procedimentos de auditoria detectaram o montante de R\$ 1.117.665 sem registro no controle patrimonial da entidade, para as quais a Administração da Entidade não dispõe de conciliações ou documentações suportes que nos permitam concluir sobre as diferenças, bem como sobre possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 27 de abril de 2026.

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

Demonstrações Contábeis em 31/12/2025 e 31/12/2024

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Reais)

ATIVO	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.591.701,80	1.983.660,36
Impostos a Recuperar	3.445,80	3.445,80
Adiantamentos	467.239,56	476.126,36
Despesas Pagas Antecipadamente	8.879,58	0,00
Total do Ativo Circulante	2.071.266,74	2.463.232,52
NÃO CIRCULANTE		
Investimento	2.812,53	1.281,62
Imobilizado	2.389.830,70	2.138.560,29
Total do Ativo Não Circulante	2.392.643,23	2.139.841,91
TOTAL DO ATIVO	4.463.909,97	4.603.074,43
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Projetos e Convênios Aprovados	564.769,22	949.900,74
Fornecedores	36.993,22	8.893,93
Obrigações Sociais	884.817,86	1.212.907,31
Obrigações Tributárias	78.046,64	79.820,90
Outras Obrigações	0,00	15.123,33
Total do Passivo Circulante	1.564.626,94	2.266.646,21
PATRIMONIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social	2.899.283,03	2.336.428,22
Total do Patrimônio Líquido	2.899.283,03	2.336.428,22
TOTAL DO PASSIVO	4.463.909,97	4.603.074,43

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações Contábeis em 31/12/2025 e 31/12/2024

DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita	10.946.752,24	8.799.499,60
Receitas sem Restrição	3.976.274,18	3.531.148,14
Receitas de Doações	836.663,18	781.770,55
Receitas de Demais Receitas	33.950,08	26.920,32
Receitas de Aluguéis de Imóveis	2.514.038,02	2.428.378,12
Receitas de Eventos	591.622,90	294.079,15
Receitas com Restrição	6.970.478,06	5.268.351,46
Receitas de Assistência Social	332.863,23	329.536,77
Receitas de Educação	5.115.080,54	4.437.354,72
Rec. de Fundos de Infânc. e Adolesc. - Municipal	265.096,18	283.285,17
Rec. de Fundos de Infânc. e Adolesc. - Estadual	185.587,81	0,00
Receitas de Incentivo a Cultura - Lei Rouanet	704.317,08	218.174,80
Receitas de Emenda Parlamentar	367.533,22	0,00
Despesas	(10.520.396,84)	(9.571.015,50)
Despesas de Assistência Social	(714.475,90)	(809.434,42)
Despesas de Educação	(8.549.063,30)	(8.265.734,69)
Desp. de Fundos da Infânc. e Adolesc. - Municipal	(238.164,16)	(200.612,82)
Desp. de Fundos da Infânc. e Adolesc. - Estadual	(158.232,91)	0,00
Despesas de Incentivo a Cultura - Lei Rouanet	(704.317,08)	(218.174,80)
Despesas de Emenda Parlamentar	(59.476,10)	0,00
Despesas com Eventos	(96.667,39)	(77.058,77)
Resultado Financeiro	131.737,92	87.120,87
Receitas Financeiras	143.232,53	98.573,50
Despesas Financeiras	(11.494,61)	(11.452,63)
Outros Resultados	427,96	109.000,00
Outras Receitas/(Despesas)	427,96	109.000,00
Superávit / Déficit do Exercício	558.521,28	(575.395,03)

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações Contábeis em 31/12/2025 e 31/12/2024

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2023	2.342.869,38	568.953,87	2.911.823,25
Absorção do Superávit do Exercício	568.953,87	(568.953,87)	0,00
Superávit do Exercício	0,00	(575.395,03)	(575.395,03)
Em 31 de dezembro de 2024	2.911.823,25	(575.395,03)	2.336.428,22
Absorção do Superávit do Exercício	(575.395,03)	575.395,03	0,00
Déficit do Exercício	0,00	558.521,28	558.521,28
Ajuste Exercícios Anteriores	0,00	4.333,53	4.333,53
Em 31 de dezembro de 2025	2.336.428,22	562.854,81	2.899.283,03

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações Contábeis em 31/12/2025 e 31/12/2024

Demonstração dos Resultados Abrangentes

(Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do Exercício	558.521,28	(575.395,03)
Outros resultados abrangentes	0,00	0,00
Total do Resultado Abrangente do Exercício	558.521,28	(575.395,03)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31/12/2025 e 31/12/2024

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

(Em Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2025	31/12/2024
Superávit (Déficit) Líquido do Exercício	558.521,28	(575.395,03)
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	220.950,91	217.085,10
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais		
Adiantamentos	8.886,80	(28.739,28)
Despesas Pagas Antecipadas	(8.879,58)	0,00
Projetos e Convênios Aprovados	(385.131,52)	521.208,79
Fornecedores	28.099,29	4.386,76
Obrigações Sociais	(328.089,45)	543.701,15
Obrigações Tributárias	(1.774,26)	20.519,54
Outras Obrigações	(15.123,33)	15.123,33
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	77.460,14	717.890,36
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Ativos Imobilizados	(472.221,32)	(163.311,82)
Baixa de Ativos Imobilizados	(1.530,91)	(875,56)
Aquisição de Investimento		
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(473.752,23)	(164.187,38)
Reflexo Dos Ajustes No Patrimônio Líquido	4.333,53	0,00
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(391.958,56)	553.702,98
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.983.660,36	1.429.957,38
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.591.701,80	1.983.660,36
Varição Caixa e Equivalente de Caixa	(391.958,56)	553.702,98

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31/12/2025 e 31/12/2024

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A instituição Educandário Santa Catarina é uma entidade privada, sem fins lucrativos, com sede em São José, no Estado de Santa Catarina, regulamentada pela Lei nº. 10.825/2003 e pela Lei Complementar 187/2021, atuando no ramo de educação e de defesa de direitos sociais.

A entidade é imune à incidência de impostos por força do artigo 150, Inciso VI, alínea "c" e seu parágrafo 4º, da Constituição Federal de 1988, e de contribuições sociais conforme artigo 195, parágrafo 7º. Também possui isenção das contribuições sociais previstas nos artigos 22 e 23 da Lei nº. 8.212/1991, por força da Lei Complementar nº. 187/2021. Para fazer jus à isenção do pagamento de contribuições sociais a instituição cumpre os seguintes requisitos previstos nos incisos I, II, IV, V e VI do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 187/2021:

I - seus dirigentes estatutários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes sejam atribuídas pelo respectivo ato constitutivo, ressalvado o disposto nos § 1º e § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 187, de 2021;

II - suas rendas, seus recursos e eventual superávit são aplicados integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - compromete-se a manter escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal;

IV - não distribui a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores os resultados, os dividendos, as bonificações, as participações ou as parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfere a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição; e

V - compromete-se a conservar, pelo prazo de dez anos, contado da data de sua emissão, os documentos:

- a) que comprovem a origem e o registro de seus recursos; e
- b) relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial.

A entidade declara ainda que em caso de dissolução ou extinção, destina-se o eventual patrimônio remanescente à entidade congênere, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (Capítulo VI - Artigo 35º do Estatuto Social).

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS da entidade encontra-se em fase de análise no Ministério da Educação, conforme processo n. 00244.0173573/2023, protocolado em 09/2023, e protocolos relacionados: n. 23000.037792/2025-30 de 29/08/2025 e n. 23000.033551/2023-50 de 02/10/2023.

O processo anterior foi deferido para o período de 01/01/2018 até 31/12/2020, conforme Portaria nº 416 de 2 de fevereiro de 2022, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – Ministério da Educação, renovando o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), publicada no Diário Oficial da União Edição: 24,

Seção: 1, Página: 55, de 03 de fevereiro de 2022.

Conforme a Lei Complementar nº. 187/2021 e Decreto nº. 8.242/2014 a entidade é certificada pelo Ministério da Educação, tendo em vista que sua área preponderante de atuação é a educação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da instituição para os exercícios findos em 31/12/2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância à Resolução CFC nº 1.409/12, que aprova a Interpretação "ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucro", a qual trata especificamente dos aspectos contábeis das entidades sem fins lucrativos. E com base nas disposições contidas também na "NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG 2002.

A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada e declara que as demonstrações contábeis refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos remetidos para contabilização e procedência.

As demonstrações contábeis são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit/Déficit do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis do exercício anterior, apresentados para fins de comparação podem conter reclassificações, quando aplicável, para melhoria da informação e comparabilidade.

A conclusão e divulgação das demonstrações contábeis será autorizada pela Assembleia Geral realizada em março/abril de 2026.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As bases para preparação das demonstrações contábeis bem como os lançamentos contábeis foram efetuados pelo seu custo histórico.

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial o princípio da Oportunidade e o regime de Competência.

A entidade elabora suas demonstrações contábeis usando o regime contábil de competência (Item 8 da ITG 2002 - R1), onde os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio social, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens.

3.1 Balanço Patrimonial

Tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial da instituição. Para o Ativo, as contas estão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez e, para o Passivo, em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades.

3.1.1 Ativos

3.1.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado.

As contas correntes bem como aplicações estão classificadas com ou sem restrição, conforme a destinação das receitas.

	2025	2024
CAIXA E EQUIVALENTES	1.591.701,80d	1.983.660,36d
BENS NUMERARIOS	133,59d	62,83d
BANCOS CONTA MOVIMENTO SEM RESTRIÇÃO	4.757,62d	1.215,94d
BANCOS CONTA MOVIMENTO COM RESTRIÇÃO	51.519,63d	11.942,26d
APLICAÇÕES FINANCEIRAS SEM RESTRIÇÃO	1.020.629,16d	1.031.555,93d
APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO	514.661,80d	938.883,40d

3.1.1.2 Outros Créditos

3.1.1.2.1 Adiantamento a fornecedores

Os saldos desta conta são referentes a valores pagos a maior ao fornecedor ou créditos com os mesmos, são eles:

ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	2025	2024
CRISTIANE MALVINA AMARAL B L ME	0,00	780,00d
GRAFFITE FESTAS	180,00d	0,00
MERCADO PAGO	257,16d	316,76d
SÉCULOS COPIADORA LTDA	0,00	442,00d
SILVANA M B SANTOS	0,00	1.120,00d
AÇOUGUE SANTA FILOMENA	360,04d	0,00

O saldo da conta Graffite Festas é referente a crédito desta empresa. Este saldo será utilizado em 2026 nos eventos.

O saldo da conta Mercado Pago é referente a crédito desta plataforma, de devolução de itens. Este saldo será utilizado em 2026 na aquisição de equipamentos;

O saldo da conta Açougue Santa Filomena é referente a crédito desta empresa. Este saldo será utilizado em 2026 na aquisição de alimentos.

3.1.1.2.2 Adiantamento a empregados

Os saldos desta conta são referentes ao adiantamento de férias de 01/2026 pagos em dezembro/2025 e a diferença de salário 12/2025 pago a maior a Beatrice Jean Mifils, que será devolvido em 01/2026.

ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	2025	2024
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	466.082,36d	472.476,92d
ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	360,00d	990,68d

3.1.1.2.3 Tributos a recuperar

O pedido de restituição do saldo pago a maior de INSS no valor de R\$ 3.445,80 (três mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) encontra-se em análise pela Receita Federal através da PerdComp n. 20664.32519.080922.1.2.16/5274.

3.1.1.2.4 Despesas pagas antecipadamente

O saldo desta conta refere-se aos seguros pagos antecipadamente, sendo apropriados mensalmente ao resultado pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros.

3.1.1.3 Ativo Não Circulante

3.1.1.3.1 Investimentos

A conta Outras Participações Societárias se refere ao valor de integralização de Capital no Sicredi.

	2025	2024
SICREDI - COTAS CAPITAL	2.812,53d	1.281,62d

3.1.1.3.2 Imobilizado

O ativo imobilizado deve ser mensurado, após o reconhecimento inicial, pelo custo menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável de ativos.

A depreciação será reconhecida no resultado com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Terrenos não são depreciados.

	Taxas Deprec.	2024	Adições	Baixas	Depreciação	2025
Terrenos	0%	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Imóveis	4%	1.928.458,70	76.114,18	0,00	(602.895,52)	1.401.677,36
Móveis e Utensílios	10%	1.282.161,76	149.164,31	0,00	(828.416,28)	602.909,79
Máquinas, Equip. e Ferram.	10%	218.285,87	237.342,83	0,00	(129.829,61)	325.799,09
Veículos	20%	168.713,21	9.600,00	0,00	(118.869,75)	59.443,46
Total		3.597.620,54	472.221,32	0,00	(1.680.011,16)	2.389.830,70

3.1.2 Passivo

O passivo a curto prazo, com vencimento até o exercício seguinte, está demonstrado no balanço como circulante.

3.1.2.1 Recursos Antecipados com Restrição

Respeitando o item 11 da ITG 2002 (r1), que diz: "enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento, bem como de isenção e incentivo fiscal registrados no ativo, ve ser em conta específica do passivo".

Os valores apresentados correspondem a saldos a prestar contas originadas de parcerias públicas, devidamente acrescidos dos rendimentos financeiros, de valores repassados e não aplicados nas atividades até o fim do exercício. Tais obrigações conjugam com os valores registrados no Ativo, no grupo "Banco Conta Movimento Com Restrição" e "Aplicações Financeiras Com Restrição".

	2025	2024
PROJETOS E CONVENIOS APROVADOS	564.769,22c	949.900,74c
EMENDA PARL - ESTADUAL - TF 2025TR0034 - PROJETO PLACAS FOTOV.	2,64c	0,00
EMENDA PARL - ESTADUAL - TF 2025TR0040 PROJETO REVIT. E SEGURANCA	68,72c	0,00
FIA - TF 09 - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	0,00	388,10c
FIA - TF 11 - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	0,00	1.121,90c
FIA - TF 11/2025 - PROJETO CASCA DE BANANA	30.181,91c	0,00
FIA - TF 12/2025 - PROJETO RESSOAR	8.120,00c	0,00
FIA - TF 13 - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	0,00	13.437,73c
FIA - TF 13/2025 - PROJETO VOCALIZAR	48,00c	0,00
FIA - TF 14/2025 - PROJETO GRAFITE E TRANSFORMACAO	13.175,18c	0,00
FIA - TF 16 - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	0,00	14.288,83c
FIA - TF 22/2024 - PROJETO INTEGRALIZAR	6,50c	63,72c
FIA ESTADUAL - PROJETO AGROECOLÓGICO	73.437,03c	240.401,48c
LEI DE INCENTIVO A CULTURA - LEI ROUANET - ANO 2	439.729,24c	668.732,58c
PMSJ - EDUCACAO MERENDA ESCOLAR	0,00	11.466,40c

Os saldos nas contas FIA TF 11/2025, 12/2025 e 14/2025 são de Projetos firmados com a Secretária Municipal de Assistência Social de São José e serão finalizados no próximo exercício. Os recursos estão, respectivamente, nas contas correntes n. 9553-2, 9555-9, 9557-5 e 9558-3 no Banco do Brasil.

O saldo na conta FIA ESTADUAL refere-se ao recebimento do Governo do Estado de Santa Catarina – Secretaria da Assistência Social, Mulher e Família para o Projeto Agroecologia - Termo de Fomento nº2024TR002147 / Processo SCC3752/2024 - SAS, que será dado continuidade no próximo exercício. Os recursos estão na conta de aplicação n. 79276-4 no Banco do Brasil.

O saldo na conta da Lei de Incentivo a Cultura – Lei Rouanet refere-se ao recebimento do Ministério da Cultura, PRONAC 193562, Projeto Transformando Realidades, que será dado continuidade no próximo exercício. Os recursos estão nas contas de aplicação n. 72386-X e 72384-3 no Banco do Brasil.

Os demais saldos são de projetos executados e finalizados, que tiveram um pequeno saldo remanescente e serão restituídos aos respectivos órgãos no próximo exercício.

3.1.2.2 Fornecedores

Obrigações nominais contraídas de bens e serviços mensuradas pelo preço justo da contraprestação do serviço/aquisição.

	2025	2024
FORNECEDORES	36.993,22c	8.893,93c
AEMFLO/UNIMED	2.492,14c	3.040,56c
DEDETIZADORA R E M LTDA	9.918,65c	5.853,37c
COMERCIAL STECANELA DE MAT ELETRICOS LTDA	18.666,68c	0,00
RG MANUTENCAO DE MAQUINAS LTDA	1.558,95c	0,00
SWISS RE CORPORATE SEGUROS SA	1.752,72c	0,00
TOKIO MARINE SEGURADORA	2.604,08c	0,00

3.1.2.3 Obrigações tributárias

Os impostos retidos foram calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Contábeis. O valor de IRRF 0561/0588 refere-se ao valor descontado dos empregados e repassado ao órgão competente.

	2025	2024
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	78.046,64c	79.820,90c
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	182,78c	604,40c
IRRF A RECOLHER 0561/0588	77.676,51c	79.082,86c
ISS RETIDO A RECOLHER	180,00c	0,00
CRF A RECOLHER	5,86c	100,70c
IRRF A RECOLHER 1708	1,49c	32,24c
INSS RETIDO A RECOLHER	0,00	0,70c

3.1.2.4 Obrigações Trabalhista e Previdenciária

Registra os valores relativos a vencimentos devidos aos empregados, bem como encargos trabalhistas. O valor de INSS refere-se ao valor descontado dos empregados e repassado ao órgão competente.

	2025	2024
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	884.817,86c	1.212.907,31c
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	690.917,05c	1.058.020,80c
FÉRIAS A PAGAR	690.917,05c	656.962,12c
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	0,00	401.058,68c
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	193.900,81c	154.886,51c
FGTS A RECOLHER	67.046,06c	38.781,82c
FGTS SOBRE 13 SALARIO A RECOLHER	21.008,51c	20.608,83c
FGTS SOBRE FERIAS A RECOLHER	56.619,04c	54.382,05c
INSS A RECOLHER	49.227,20c	41.113,81c

3.1.3 Patrimônio Líquido

PATRIMONIO LIQUIDO	2025	2024
PATRIMONIO SOCIAL	2.899.283,03c	2.336.428,22c

O patrimônio líquido é composto pelo acumulado na conta de Patrimônio Social em 2024 – R\$ 2.336.428,22 mais o Superávit do Exercício 2025 – R\$ 558.521,28 e os Ajustes de Exercícios Anteriores – R\$ 4.333,53.

3.1.3.1 Ajustes de Exercícios Anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º LEI Nº 6.404/76), desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2025, foram evidenciados valores que de fato pertenceram a exercícios anteriores no valor de R\$ 4.333,53 (quatro mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), sendo:

02/01/2025	BAIXA PARCELA DEDETIZADORA E DESENTUPIDORA R&M - NF 344 10/10 - Passivo Circulante	685,42
02/01/2025	BAIXA VALOR A PAGAR INEXISTENTE - Passivo Circulante	100,70
02/01/2025	BAIXA VALOR A PAGAR INEXISTENTE - Passivo Circulante	32,22
02/01/2025	BAIXA VALOR A PAGAR INEXISTENTE - Passivo Circulante	0,70
02/01/2025	VALOR REF. BAIXA DE SALDO - Passivo Circulante	0,30
02/01/2025	VALOR REF. APOLICE 51181003789 - SEGURO PATRIMONIAL - Ativo Circulante	2.820,25
02/01/2025	VALOR REF. APOLICE 31.25.2024.1083662 - SEGURO SAVEIRO - Ativo Circulante	693,94

3.2 Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício

A Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício apresenta de forma resumida, as operações realizadas pelo Educandário Santa Catarina durante o ano de 2025, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período, incluindo o que se denomina receitas e despesas realizadas.

As receitas e despesas foram incluídas na apuração do resultado do período em que ocorreram, de acordo com o Regime de Competência.

3.2.1. Receitas

3.2.1.1 Receitas e Doações sem Restrição

Neste grupo classificam-se as receitas provenientes de doações de pessoas físicas e jurídicas, contribuição de alimentos, mão de obra voluntária, aluguéis de bens imóveis destinados à manutenção do seu objeto social, vendas diversas e outros.

RECEITAS E DOAÇÕES SEM RESTRIÇÃO	3.384.651,28c
DOAÇÕES	836.663,18c
CONTRIBUIÇÕES FAMILIAS	14.601,33c
CONTRIBUIÇÕES AVULSAS PESSOAS FÍSICAS	106.921,96c
CONTRIBUIÇÕES AVULSAS PESSOAS JURÍDICAS	276.839,31c
CONTRIBUIÇÕES DE ALIMENTOS	53.797,86c
CONTRIBUIÇÕES DE EQUIP. E UTENSÍLIOS	964,00c
MÃO DE OBRA	256.872,00c
CONTRIBUIÇÕES PARA EVENTOS	12.166,72c
AÇÕES COM CRIANÇAS	4.500,00c
LEI ROUANET COORDENAÇÃO	110.000,00c
DEMAIS RECEITAS	2.547.988,10c
ALUGUEL DE ESPAÇO PARA EVENTOS	15.173,00c
BRECHÓ/VENDAS DIVERSAS	18.777,08c
ALUGUEL ATACADAO	2.224.358,68c
ALUGUEL QUADRA	289.679,34c

No grupo Demais Receitas, destacamos os aluguéis de imóveis dos contratos de locação das quadras esportivas, com a empresa Arena São José Ltda - CNPJ: 24.666.227/0001-39 e do terreno localizado o supermercado, com a empresa Atacadão S.A. - CNPJ: 75.315.333/0001-05.

3.2.1.2 Receitas e Doações com Restrição

Neste grupo classificam-se as receitas provenientes de doações e subvenções com restrição de uso separadas por Educação, Assistência Social e Projetos Aprovados.

CONVENIOS E DOAÇÕES COM RESTRIÇÃO	6.970.478,06c
EDUCAÇÃO	5.115.080,54c
PREF. MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	4.899.666,60c
PREF. MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - MERENDA	126.546,40c
JUSTIÇA FEDERAL	34.867,54c
SESI	54.000,00c
ASSISTENCIA SOCIAL	332.863,23c
PREF. MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	332.863,23c
PROJETOS APROVADOS	1.522.534,29c
LEI DE INCENTIVO A CULTURA	704.317,08c
EMENDA PARL ESTADUAL - PROJETO PLACAS FOTOVOLTAICAS	214.543,67c
EMENDA PARL ESTADUAL - PROJETO REVITALIZACAO E SEGURANCA	152.989,55c
FIA - MUNICIPAL	265.096,18c
FIA ESTADUAL - PROJETO AGROECOLÓGICO	185.587,81c

Dentre os Termos de Colaboração, Edital firmados e a destinação dos recursos da Educação e Assistência Social, temos:

- Investidos em sua totalidade na área de Educação, temos: recursos recebidos da Prefeitura Municipal de São José, recursos recebidos da Prefeitura Municipal de São José para Merenda Escolar, recursos recebidos do SESI – Serviço Social da Indústria, recursos recebidos da Justiça Federal;
- Investidos em sua totalidade na área de assistência social, temos: recursos recebidos da Prefeitura Municipal de São José.

Dentre os Projetos Aprovados, foram utilizados:

- Recursos na execução do Projeto Transformando Realidades, Lei de Incentivo a Cultura – Lei Rouanet, recebimento do Ministério da Cultura, PRONAC 230615, que será dado continuidade no próximo exercício.
- Recursos na execução do Projeto Placas Fotovoltaicas – Emenda Parlamentar Estadual – Termo de Fomento 2025TR0034 – Secretaria de Estado da Educação – Governo do Estado de Santa Catarina;
- Recursos na execução do Projeto Revitalização e Segurança – Emenda Parlamentar Estadual – Termo de Fomento 2025TR0040 – Secretaria de Estado da Educação – Governo do Estado de Santa Catarina;
- Recursos na execução de Projetos aprovados e firmados com o FIA – Fundo da Infância e Adolescência, recebimento da Assistência Social de São José, que será dado continuidade no próximo exercício; e
- Recursos na execução do Projeto Agroecologia - Termo de Fomento nº2024TR002147 – Secretaria da Assistência Social, Mulher e Família – FIA Estadual - Governo do Estado de Santa Catarina, que será dado continuidade no próximo exercício.

3.2.2 Despesas Operacionais

De acordo com a ITG 2002 e a Lei Complementar nº. 187/2021, as receitas e despesas foram segregadas por área de atuação. O rateio das despesas foi realizado com base no número de crianças atendidas em cada atividade e o valor per capita por criança, determinado pelas Secretárias Municipal de Educação e de Assistência Social, assim sendo: Educação 92,28%; Assistência Social = 7,72%.

3.2.2.1 Despesas com Pessoal

Neste grupo são classificadas as contas de salário, 13º, férias, FGTS, vale-transporte, cursos e treinamentos, assistência médica e social e outras despesas relacionadas aos empregados.

3.2.2.2 Serviços Prestados Por Terceiros

Neste grupo são classificadas as contas de serviços de vigilância, serviços contábeis, serviços pedagógicos e serviços administrativos.

3.2.2.3 Impostos, Taxas e Contribuições

Neste grupo são classificadas as contas de associações e sindicatos, taxas diversas, tais como alvarás, e taxa de coleta de lixo.

3.2.2.4 Despesas Gerais

Neste grupo classificam-se as contas de água, energia elétrica, alimentação, manutenção de equipamentos e veículos, manutenção e conservação de imóveis, material de escritório e de higiene e limpeza, depreciações, propaganda, telefone, uniformes, bens de pequeno valor, combustíveis, cópias e reproduções, correios e demais despesas relativas ao funcionamento da instituição.

3.2.3 Outras Despesas

Neste grupo classificam-se os custos dos eventos, tais como: Educandário Fest, Festa Julina, baixas de imobilizado e as contribuições sociais – INSS cota patronal.

3.2.4 Outras Receitas

Neste grupo classificam-se as receitas provenientes de eventos, sendo eles: Educandário Fest, Festa Julina, Bingo On-line, ganhos na alienação de imobilizado e as isenções de contribuições sociais – INSS cota patronal.

3.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008. Os fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita. São divulgados pelo método indireto, segundo o qual o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é determinado ajustando-se o resultado quanto aos efeitos de mudanças ocorridas nas contas operacionais a receber e a pagar durante o período e itens que não afetam o caixa, tais como receitas e/ou despesas contabilizadas pela competência, mas ainda não recebidas ou pagas.

3.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL evidencia a movimentação de todas as contas do Patrimônio Líquido durante o exercício social, inclusive a formação e utilização das reservas não derivadas do superávit/déficit, se houver.

3.5 Trabalho Voluntário

O trabalho voluntário de membros integrantes da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, mesmo não ocorrendo o efetivo desembolso financeiro (Item 19 da ITG 2002 (R1).

Os valores foram reconhecidos com base nos salários de mercado, em 70%, e conforme horas trabalhadas e dedicadas a instituição. A Receita foi reconhecida como Mão de Obra e a Despesa como Diretoria Voluntária.

3.6 Gratuidades

A instituição oferece 100% do seu serviço sobre a forma de gratuidade para 570 (quinhentos e setenta) crianças. Destas, 420 (quatrocentos e vinte) possuem idade entre onze meses e seis anos frequentando período integral na Educação Infantil, as demais crianças, totalizando 150 (cento e cinquenta), possuem idade entre seis e doze anos, frequentando o contra turno escolar, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Destas 150 (cento e cinquenta) crianças e adolescentes atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vale ressaltar que, o Educandário firmou uma parceria com a Prefeitura de São José para o atendimento de 120 crianças e adolescentes diretamente encaminhadas pela equipe dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS do município em situação de vulnerabilidade e 30 vagas adicionais oferecidas e custeadas pela própria instituição para a comunidade em geral e para seus empregados, como um benefício ao seu colaborador com filhos nesta faixa etária, demonstrando seu compromisso com o bem-estar dos mesmos e do ambiente organizacional.

3.6.1 Aplicação por Área/Projeto

	2025	2024
EDUCAÇÃO	8.549.063,30	8.265.734,69
ASSISTÊNCIA SOCIAL	714.475,90	809.434,42
FIA - MUNICIPAL	238.164,16	200.612,82
LEI DE INCENTIVO A CULTURA - LEI ROUANET	704.317,08	218.174,80
EMENDA PARLAMENTAR	59.476,10	0,00
FIA - ESTADUAL	158.232,91	0,00
TOTAL	10.423.729,45	9.493.956,73

3.6.2 Dados de alunos matriculados, bolsas de estudo e benefícios concedidos na Educação Infantil

Educação Básica	Quantidade	Valores
Número de alunos matriculados – Educação Infantil Ref. CENSO INEP 2025	416	8.549.063,30
Bolsas integrais da Lei Complementar nº 187/2021 Crianças de 1 ano a 6 anos - Período integral Famílias com Per capita familiar 1 ½ salário-mínimo.	85	1.746.803,80
Demais atendimentos - Crianças de 1 ano a 6 anos 100% gratuito - Período integral	331	6.802.259,50
Bolsas integrais para alunos com deficiência	0	
Bolsas integrais e em tempo integral	0	
Outros tipos de bolsas integrais (especificar)	0	
Bolsas parciais 50% da Lei nº 12.101/2009	0	
Outros tipos de bolsas parciais (especificar)	0	
Benefícios (especificar o tipo)	0	

3.7 Isenções Fiscais Usufruídas

A Entidade teve como objeto de renúncia fiscal os seguintes tributos: Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS, PIS, IPVA e INSS.

De acordo com a Resolução CFC nº 2015/ITG 2002 (R1), que trata das entidades sem finalidade de lucro e as demais normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as imunidades tributárias não devem ser reconhecidas em receitas, mas se evidencia o valor da Isenção das Contribuições Sociais nas Notas Explicativas.

3.7.1 Isenção da Cota Patronal do INSS, dos terceiros e do RAT

A instituição mantém 131 colaboradores contratados para o desenvolvimento das necessidades sociais e tem imunidade da cota patronal do INSS, dos terceiros e do RAT concedida por possuir o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, reconhecido pelo Ministério da Educação, conforme quadro abaixo:

	SAL. CONTRIBUIÇÃO	PATRONAL 20%	TERCEIROS 4,5%	RAT Ajustado 2x1,0945 = 2,19%	ISENÇÃO TOTAL
2025	6.656.088,89	1.331.217,78	299.524,00	145.768,35	1.776.510,12

3.8 Recursos ingressos na instituição

Todos os recursos financeiros recebidos pela entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, estando demonstrado nas suas despesas e investimentos patrimoniais.

4. Seguros

A entidade mantém garantia de seguros por valores determinados e contratados em bases técnicas, sendo considerados adequados à cobertura de perdas decorrentes da eventualidade de sinistros. Em 31/12/2025 estavam contratadas as seguintes coberturas:

NATUREZA	APÓLICE	VIGÊNCIA	COBERTURAS
Veículo LOGAN	6.539.900.244.097.670	30/01/2025 a 30/01/2026	Valor de Mercado Referenciado
			100% da Tabela FIPE
			R\$ 200.000,00 RCFV Danos Materiais, Corporais
			R\$ 20.000,00 RCFV Danos Morais R\$ 10.000,00 Invalidez Permanente, Morte
Veículo SAVEIRO	3,1252E+13	06/12/2025 à 06/12/2026	Valor de Mercado Referenciado
			100% da Tabela FIPE
			R\$ 200.000 RCFV Danos Materiais e Corporais
			R\$ 20.000,00 RCFV Danos Morais R\$ 10.000 Invalidez Permanente, Morte Acidental
Imóveis e Conteúdos	511800652925	20/09/2025 a 20/09/2026	R\$ 18.000.000,00 Incendio, Raio, Expl, Fumaça
			R\$ 3.000.000,00 Lucros Cessantes
			R\$ 1.000.000,00 Perda/Pagto de Aluguel a Terceiros
			R\$ 500.000,00 Resp. Civil
			R\$ 300.000,00 Vendaval, Fur, Cicl, Tornado
R\$ 100.000,00 Roubo, Danos Elétricos			
Vida em Grupo - Colaboradores	9300151939	30/03/2025 a 30/03/2026	R\$ 32.288,38 - Morte Natural, Indenização Especial por Acidente (Morte Acidental) e Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessárias na oportunidade, tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigente.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente.

Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012